

Questão 1

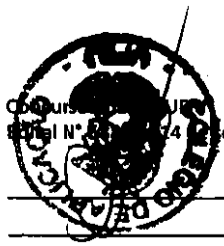
Para discorrer sobre Estado, poder e política gostaria de, primeiramente, contextualizar o regime de governo no qual estamos inseridos a partir de breve perspectiva histórica.

Depois da Revolução Francesa, o liberalismo se torna cada vez mais predominante nas formas de governo ao redor do mundo, substituindo o antigo regime absolutista. A partir da ideia da existência de direitos naturais iguais a todos se quebra a ideia de hierarquia minimamente, mas ao ponto de se retomarem questões sobre formas de participação política mais amplas.

Apenas após a declaração de Independência que o Brasil passa a ter um governo de caráter mais liberal, embora ainda constituído por medidas contraditórias como exercício de poder soberano pelo monarca e a presença de regime escravo-estatal. Por pouco, após a proclamação da República, o país passa cada vez mais a ir de encontro aos ~~pre~~ preceitos políticos-econômicos do liberalismo e ao exercício de ideais democráticos.

A ideia de democracia remete aos gregos através da perspectiva de se instaurar um modo de governar exercido por todos e para todos. Interessante notar que, em seu princípio, a ideia de um governo exercido por "todos" incluía um seleto número de indivíduos, homens livres e proprietários e por muito tempo vigorou essa ideia de democracia seletiva e apenas através de lutas sociais a participação passou a ser estendida a demais camadas da população.

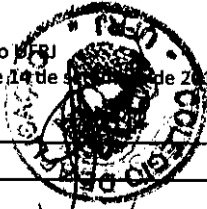
De acordo com Norberto Bobbio, para um regime ser democrático ele deve ter eleições competitivas entre grupos/partidos diversos; direito amplo ao voto; proteção das liberdades civis e controle das instituições legais e de segurança e supremação.



Para Claude Lévi-Strauss, seria uma aberração entender a democracia como criação e/ou produto político da camada social burguesa, como essa procura se colocar. Para esse autor, essa classe sempre tenta impedir que o liberalismo se tornasse democrático através da negação de direitos de participação política de grande parte da população, não mencionou direitos o greves, etc. Pensadores como E. Kant, G. Burke e G. Constant também já se colocaram contra a participação ampla nas instituições políticas por aqueles que não tinham acesso. Dessa forma, o "direito e liberdade" preconizado pelo liberalismo se colocaria como força contrária ao direito de participação política para todos de fato.

Entendendo o Estado como organização cujos interesses são exercidos pela classe dominante, a burguesia, K. Marx propôs que esse seja superado através de sua tomada pela classe trabalhadora e, posteriormente, na dissolução e que apenas numa forma haverá igualdade de fato.

Embora muitos autores entendam o Estado onde se consolida as relações de poder na modernidade, autores como Foucault e Deleuze procuram pensar nas implicações católicas das relações de poder. Foucault defende a ideia de biopolítica para explicar como as formas de exercício de poder não ficam restritas à esfera da política institucional e se inserem na vida e nos corpos das pessoas. Para esse autor, ao passo que ~~o~~ o poder soberano se insinua no campo do soberano ~~fora~~ que detém poder ~~soberano~~ de decisão de vida e morte dos subordinados, a sociedade disciplinar atua através da disciplina dos corpos e a partir disso já não decide pela morte (e a pelo menos, não apenas) mas em formas de girar a vida. Pensando em um poder que se exerce de forma ainda mais fluida, Deleuze fala da sociedade de controle na qual o controle se insinua



e se instaura de formas mais sutis da vida cotidiana.
O filósofo italiano G. Agamben procura dar continuidade aos estudos de biopolítica foucaultianos para analisar os pontos de exercício de poder, ao longo da história, no corpo dos indivíduos. Esse mesmo autor realiza uma análise histórica sobre momentos nos quais os Estados, discursivamente democráticos, passam a exercer medidas autoritárias, o Estado de Exceção.

Para Agamben, o Estado de Exceção surge a partir de instâncias a princípio do âmbito da legalidade para, depois, subvertê-la e se impor a essa. Analisando momentos históricos nos quais a exceção se consolidou - como após o 11 de setembro estadunidense e nas duas guerras mundiais, esse afirma que a exceção tende a se consolidar como permanente, como regra. Para ele, o Estado de Exceção não ocorre como uma 'exceção' como diz o nome mas como paradigma político de governo.

O Estado de Exceção supera a dicotomia entre ditadura e democracia uma vez que esse se situa em uma "zona de indistinção" que abrange dentro e fora do Direito e é através dessa indistinção que faz a captura da vida. Essa forma de poder articula a legalidade com a suspensão das normas constitucionais e consegue sua força através da suspensão da lei.

Para Agamben, o campo de concentração nazista não é uma exceção, mas um "paradigma de governo". Através da ideia de Homo Sacer, foi feita sobre a existência dos sujeitos nativos, desconstituídos do poder: os prisioneiros, os pobres, etc, pois nos quais não operam os direitos.

Segundo esse mesmo autor, a partir do 11/09 estadunidense passa a ser instaurada gradualmente ao redor do mundo

formas de privação de direitos universalmente conseguidos e medidas extremas de segurança, previstas para casos de exceção, se foram jogadas. Além do "combate ao terrorismo", cada vez mais os indivíduos perdem seus direitos para fazerem, assim, existe uma tendência contemporânea de abolição gradual de direitos e liberdades individuais e constitucionalização do Estado de Exceção.

Questão 2.

A militarização da vida

Recentemente a cidade do Rio de Janeiro vem sendo alvo de atenção nacional por suas questões de segurança pública. Após apontar alto índice de criminalidade e sua tendência a aumentar, foi acordado com o governo federal a presença militarizada nas ruas por forças do exército nacional, entendido como a entidade máxima para resolução de conflitos.

Embora permaneça intensa midiática, a presença do exército nas ruas cariocas não é novidade e sim resultado de um processo gradativo que vem ocorrendo ao longo dos anos. Frases de discursos de guerra ao tráfico, cada vez mais medidas extremas - excepcionais - são adotadas. O tráfico é para a segurança pública ^{brasileira} o mesmo que o terrorismo é para a EUA: muito além da simples ameaça concreta, ambos se constituem como justificativa para a prática da exceção, do arbitrariedade e da perda de direitos.

A presença do exército na cidade vem ocorrendo de maneira gradativa. Depois de atuar como sede para realização de Copa do Mundo e das Jogos Olímpicos, a cidade passou a ser alvo de políticas de segurança pública que (~~passaram a ser~~), muitas vezes, tinham nas favelas e periferias seus principais alvos.

de atuação sob a lógica de serem nesses locais ~~atua~~ onde se instaurariam os maiores focos da criminalidade - ignorando as outras tantas formas de crimes comuns à sociedade, como a corrupção dos grandes setores políticos e empresariais da população. Dessa forma, mais do que se combater ao crime através de constante supervisão da população, se coloca em prática políticas públicas de criminalização da população.

Essas políticas, primeiramente consolidadas nas favelas e periferias, aos poucos se tornam mais comuns para outras esferas da sociedade. Através de medidas pontuais, gradualmente a população passa a perder direitos e, por isso, a vida. Tornou-se comum (p) notícias de mortes de pessoas moradores de periferias, inocentes ou não, sob a justificativa de guerra ao tráfico. Mesmo que vivendo em um país no qual não exist. pena de morte, o discurso de "guerra" legitima a morte do bandido, o inimigo, e não apenas dele, mas também dos inocentes como efeitos colaterais. São os seres "mutáveis", sobre os quais não se exercem direitos e nos quais o Estado e o poder público apenas investem contra.

Ao mesmo tempo em que se militariza a vida, perdem-se direitos adquiridos historicamente sob o discurso de "crise" e "combate ao tráfico" - novamente, a "exceção" - a população fica cada vez mais refém dos poderes públicos e estes se tornam cada vez menos democráticos. Em um país no qual a democracia tinha historicamente e com um passado recente de ditadura militar, os caminhos parecem fechados quando se prova os militares de poderes mais plenos. Os poucos avanços e pessoas morrem enquanto a maior parte da população segue atrelada à ideia de que a guerra aos

política é, na verdade, uma guerra contra direitos que se estendem a toda população.

Questão 3

Plano de aula: Poder, política e Estado.

Para essa primeira aula será realizada uma apresentação introdutória dos conceitos e temas centrais para se entender as complexidades que permeiam as relações entre poder, política e Estado.

Em um primeiro momento, será discutida a dimensão política da organização social brasileira através de debates e retomadas históricas sobre a constituição da sociedade e do Estado. Para esse tópico será proposta como metodologia ampla participação dos alunos, procurando trabalhar os conceitos a serem discutidos a partir de suas noções e experiências prévias. Questões como "o que você entende por política", "quais são as forças que constituem o Estado" e outras poderão ser utilizadas de modo a direcionar o debate. Em suma, será trabalhado a organização do Estado em partidos políticos e estruturas de poder e as diversas formas pelas quais a população participa da vida política, abrindo debate sobre a questão entre sociedade civil e Estado e democracia. Como suporte teórico serão utilizadas as discussões de A. Bobbio, Buenaventura de S. Santa e Tomazi sobre questões que abrangem política e Estado e será apresentada de forma breve a discussão de poder para além do campo formal da política e a participação através de movimentos sociais.

será utilizada metodologia participativa em forma de debates seguidos por momentos de aula expositiva.

O objetivo será de apresentar o debate de forma complexa mas também lúdica, procurando aproximar, num

primeiro momento, as considerações teóricas com as experiências cotidianas dos alunos e prepará-los para as aulas seguintes sobre a presente temática, de forma a tornar o tema mais acessível aos alunos da série inicial do Ensino Médio e provocar interesse pela temática. A aproximação através das cotidianas dos alunos tem como objetivo, além disso, preparar para problematizações futuras sobre participação política, cidadania e democracia e incentivar o pensamento crítico em relação à nossa própria sociedade. Ao final da aula será proposto um exercício crítico, por escrito, sobre a importância de compreender aspectos políticos para exercício de maior participação política consciente, sem preconceitos e sem estar submetida às formas de tendenciosidade e manipulação.

Nas próximas aulas serão abordadas: o surgimento do Estado Moderno e como esse foi instituído nos processos brasileiros; democracia no Brasil e América Latina; democracia e ausência desta no Brasil e América Latina; participação política; formas clássicas e demais formas de exercício do poder; movimentos sociais como forma de participação política.